

Santana tumultua a comissão de Arinos

Marcondes Sampaio

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Santana, e o presidente da Comissão de Sistematização da Constituinte, senador Affonso Arinos, viveram à noite passada o episódio mais constrangedor já enfrentado desde que assumiram suas funções. Sob protestos de vários dos seus correligionários peemedebistas — que o apontavam como "penetra do PMDB" — Santana saiu da Comissão de Sistematização da Constituinte acusado de articular a derrubada da proposta do deputado gaúcho Hermes Zanetti, que preconiza a suspensão do pagamento da dívida externa e a realização de uma auditoria dessa dívida.

A reunião da comissão durou pouco mais de meia hora e terminou em clima de muita tensão e confusão, sem que tenha sido votada uma preliminar quanto à competência ou não da Constituinte para decidir sobre o projeto de decisão apresentado por Zanetti. A confusão começou quando o presidente dos trabalhos, senador Affonso Arinos, alegou que não poderia receber um pedido de verificação de quórum formulado por Zanetti, porque ele não é membro da comissão. Diante disso, o

deputado fluminense Paulo Ramos endossou o pedido e, como o senador demonstrasse hesitação, começou a gritaria. O deputado Haroldo Lima, líder do PC do B, protestou: "Com todo respeito, acho que V. Exa. está se curvando a pressões descabidas". Alguém no plenário gritou: "Isso é golpe".

Quando a agitação se tornou maior, Carlos Santana levantou-se no plenário e gritou, gesticulando: "Está encerrado. Vamos embora". O líder governista dirigiu-se então à mesa, junto com o líder do PTB, Gastone Righi, tentando retirar o presidente Affonso Arinos do recinto. A reação dos partidários da proposta de Zanetti foi imediata e agravou a tensão. Em tom de indignação, o deputado Paulo Ramos voltou-se para Santana, afirmando: "Você é um penetra do PMDB". Santana devolveu: "E você veio da Polícia" (o deputado é major da PM do Rio).

Exaltado, o paraense Ademir Andrade prosseguiu a hostilidade contra o líder: "É isso mesmo. Você e outros vieram da Arena invadir o PMDB". Zanetti repetiu a acusação e o deputado petista José Genoíno dizia: "O governo precisa ganhar com decência e não com golpes". A essas críticas, Santana respondeu: "Quando as câmaras da televisão forem desligadas eu responderei".



Santana deixa a comissão, após passar por situação de grande constrangimento

Documento com críticas sairá só terça-feira

Mais uma vez está adiada, agora para a próxima terça-feira, a divulgação do documento do chamado grupo "Centro Democrático", do PMDB, contendo críticas à falta de democracia interna no partido e à atuação centralizadora da sua direção. O anúncio do adiamento foi feito pelo deputado Marcos Lima (MG), um dos coordenadores do movimento, que alegou necessidade de mais tempo para o recolhimento de assinaturas.

A divulgação, segundo Marcos Lima, deverá ser feita durante a reunião da bancada do PMDB na Constituinte e não mais no plenário, como vinham ameaçando os articuladores do documento. A mudança de fórum para a leitura do manifesto foi fruto de uma série de negociações entre o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, e os coordenadores do movimento, durante as quais chegou a haver ameaças de retiradas de assinaturas se as divergências internas do partido fossem levadas ao plenário constituinte.

— Nós fomos convidados a assinar um documento que critica a condução dos problemas internos do partido, mas que seria entregue pessoalmente a doutor Ulysses ou à executiva e, no máximo, lido em uma reunião da bancada. Se vocês levarem ao plenário, retiramos o apoio e denunciamos o fato — disse, por exemplo, o coordenador da bancada do Rio Grande do Norte, deputado Antônio Câmara, aos deputados Marcos Lima e Expedito Machado (CE).

— Problemas internos do partido não podem ser levados ao plenário — reforçou o deputado Borges da Silveira (PR), outro que se rebelou contra leitura do manifesto em plenário, anunciada para ontem por Expedito Machado.

Há dois dias, reunida a bancada paulista, os líderes do "Centro Democrático" encontraram resistências da quase totalidade dos presentes para a assinatura do manifesto, e a razão mais alegada foi exatamente a de que os problemas internos do partido não poderiam ser levados ao plenário.

Marcos Lima circulou ontem pelo Congresso com uma cópia do documento à mão, mas recusou-se a divulgar seu teor, embora informasse que o texto tem pelo menos dois endereços certos, mesmo que nomes não sejam citados: "Ulysses e a turma do poire" (o seletivo grupo de amigos e conselheiros do presidente peemedebista) e Mário Covas e os seus old boys". Covas, ainda segundo Marcos Lima, está na mira dos "centristas" pela sua atuação quando das indicações para as presidências e relatorias das comissões e subcomissões da Constituinte.

Magalhães faz duros ataques ao governador

Recife — Um ano após ter se afastado do governo para concorrer (sem êxito) a uma cadeira de senador, o ex-governador Roberto Magalhães resolveu romper a "trégua" a que ele mesmo se impusera, e fez duros ataques ao governador Miguel Arraes, a quem chamou de "incompetente" por não ter contornado até agora a greve dos professores da rede oficial de ensino, e também por não ter dado início a nenhuma obra pública no estado de Pernambuco.

Magalhães manifestou o seu inconformismo com a atitude de Arraes, que um mês após assumir o governo demitiu cerca de 5 mil funcionários contratados por ele na véspera da campanha eleitoral. Magalhães jura ter feito as contratações dentro do prazo previsto por lei, e considera as demissões "perseguição política ao nível que eu chamaria, não da república velha de Figueiredo, mas da velhíssima república prégueliana".

Lembrou, por outro lado, que apesar dessa campanha dos governadores do PMDB, que teria o sentido de "desmoralizar" os ex-governadores eleitos pelo PDS, foi graças a esses mesmos governadores a esses mesmos a construção da Aliança Democrática.

Ulysses desconhece proposta de Saulo

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, afirmou ontem que desconhece a existência de um projeto de parlamentarismo, de iniciativa do procurador-geral da República, Saulo Ramos, elaborado a pedido do presidente Sarney, para ser introduzido na futura Constituição.

"Eu não conheço os pareceres das subcomissões temáticas da Constituinte", afirmou Ulysses Guimarães, esquivando-se de comentar o interesse do presidente Sarney em estabelecer um regime parlamentarista para os próximos anos do seu governo. Ulysses Guimarães disse, ainda, que não

tem nenhuma informação sobre a proposta de emenda do deputado Borges da Silveira (PMDB/PR) ao parecer do senador José Fogaça, relator da Subcomissão do Poder Executivo, que seria uma cópia da proposta parlamentarista idealizada pelo presidente Sarney.

Nas rápidas entrevistas concedidas ontem nos corredores da Câmara, Ulysses Guimarães não quis manifestar-se nem sobre o estabelecimento do regime parlamentarista na futura Constituição. "O assunto é muito complexo e merece uma análise profunda antes de qualquer opinião" — esquivou-se ele.

Intenção é atrair mais apoio

Andrei Meirelles

O governador quer forçar um acordo com o PMDB ou, no mínimo, atrair uma parcela ponderável de seus constituintes para uma fórmula negociada de mandato de cinco anos em um regime semi-presidencialista. O deputado Borges da Silveira, ao apresentar um projeto concebido no Planalto propondo seis anos, tentou recolocar o governo numa posição de força para ceder, em nome do entendimento, à redução de um ano no mandato presidencial. Sarney, nas conversas com o ministro Aureliano Chaves e o deputado Ulysses Guimarães, já tinha concordado com os cinco anos, na expectativa do acordo. As lideranças do PMDB — Mário Covas (Constituinte), Fernando Henrique (Senado) e Luiz Henrique (Câmara) — rejeitaram a proposta e trabalharam ativamente pela aprovação do relatório José Fogaça, que prevê quatro anos de mandato num regime de parlamentarismo misto.

A nova ofensiva governamental, desencadeada em duas frentes, está enfrentando sérias dificuldades entre as correntes que detêm a hegemonia do PMDB. De um lado, a corrente oficialista decidiu acuar o comando do PMDB, anunciando, mas não divulgando, um documento contra a cúpula partidária. De outro, através de Borges da Silveira, apresentou uma proposta à Constituinte considerada de antemão inviável, tentando forçar nas negociações concessões recíprocas e obter os resultados desejados pelo governo.

As lideranças do PMDB tam-

bém dispõem de uma estratégia para viabilizar suas propostas. A convocação da Convenção Nacional do Partido, que, segundo avaliação geral, deverá ser bem mais radicalizada do que a bancada na Constituinte, recoloca em cena um fantasma para o Planalto — as diretas já. Tidas como indesejáveis, elas servem de pressão para os líderes do partido tentarem um acordo em torno dos quatro anos, que já foi inclusive proposto a Sarney pelo senador Fernando Henrique Cardoso.

O comando do PMDB, outra frente, marcou para a próxima terça-feira uma votação secreta na bancada da Constituinte sobre a duração do mandato presidencial e as formas de regime de governo. Na avaliação dos senadores Afonso Covas e Fernando Henrique Cardoso e do deputado Pimenta da Veiga, o mandato de quatro anos deverá ser aprovado. O trabalho, agora, é no sentido de evitar a adoção do modelo presidencialista uruguaio como se fosse parlamentarismo.

— Eu sou parlamentarista, mas prefiro o presidencialismo a este modelo de ocasião, casuístico — afirmou Afonso Camargo, que é vice-presidente do PMDB.

O Planalto tenta reverter a tendência do PMDB, acionando dois grupos de ação: os governadores do Rio, São Paulo e Minas Gerais, atraídos com novos acenos de reforma ministerial, e o bloco oficialista do PMDB na Constituinte, que, também, seria contemplado nas mudanças no governo. Os dois lados estão mobilizados para a batalha a ser travada na terça-feira.

Líder aponta coincidências

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Santana (BA), considera "muito parecidas" as propostas de parlamentarismo do senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da Subcomissão do Poder Executivo, e a do deputado Borges da Silveira (PMDB-PR), feita sob encomenda para garantir seis anos de mandato para o presidente Sarney. Santana disse que está inclusive pensando em apresentar substitutivo ao parecer de Fogaça, aproveitando partes de ambas as propostas e reagiu à informação de que já há até deputado do PFL contrário à proposta de Borges. "Quem for contra a dele, tem que ser contra a de Fogaça", alegou.

Segundo entende Santana, pelo parecer de Fogaça a figura do presidente da República fica "bem mais forte ainda" do que na emenda Borges, onde o primeiro-ministro figura apenas como "auxiliar" do presidente da República. O líder do governo disse que, no substitutivo, pretende introduzir apenas duas alterações no parecer de Fogaça: a ampliação do tempo de mandato do presidente da República, para seis anos, e a inclusão no gabinete do presidente dos ministros militares e chefe de Gabinete Civil e Militar, que não ficariam sujeitos, como dispõe a emenda Borges, à moção de desconfiança do Congresso.

Embora considerando "parecidas" propostas que em vários pontos são totalmente contrárias, Carlos Santana acaba considerando que o parecer de Fogaça tem até "coisas mais interessantes", como o poder do Senado de suspender os efeitos da moção de desconfiança, com direito à Câmara de reavaliar a questão. Ele disse que, de qualquer modo, não

Arraes vai ao Alvorada para reconciliação

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, que estava de relações estremecidas com o presidente José Sarney desde o episódio da nomeação de Joaquim Francisco para o Ministério do Interior, almoçou ontem no Alvorada e, de acordo com informações de setores da bancada do PMDB de Pernambuco, saiu satisfeito, com a perspectiva de superação dos problemas entre ele e Sarney. De acordo ainda com essas informações, Sarney acenou para Arraes com a possibilidade de Pernambuco ganhar outro ministério, agora com a indicação cabendo ao governador e ao PMDB.

Certo é que, além dos acertos políticos e das tentativas de ajustamento das posições entre Arraes e Sarney — que já haviam sido iniciadas com a presença do prefeito Jarbas Vasconcelos — o governador de Pernambuco falou sobre os problemas dos estados nordestinos, principalmente da insatisfação quanto às decisões tomadas no dia anterior junto ao ministro Bresser Pereira.

A tarde, Sarney voltou a falar com outro governador do Nordeste. Foi Waldir Pires, da Bahia, que esteve em Palácio e até participou da solenidade de apresentação dos cientistas levados à presença do presidente pelo ministro Renato Archer. Waldir passou mais de 40 minutos com Sarney e disse que o importante é a união do PMDB e manter a política de crescimento econômico. No entanto, o comentário é que teria complementado os acertos que o presidente havia mantido com o governador de Pernambuco.

Para completar um dia de articulação bem sucedida para o presidente, os deputados do PMDB, que formam o grupo dedicado aos estudos econômicos, foram até o presidente. Luiz Henrique fez uma proposta de pacto e entendimento social, com passagem pela Assembleia Nacional Constituinte, onde o PMDB teria a responsabilidade de tentar uma aproximação de todos os demais partidos. A intenção é fazer, a exemplo da Espanha, um pacto onde a figura do presidente emergisse como a liderança condutora, mas que a linha programática viesse das discussões partidárias e que se configurasse numa carta constitucional inovadora. Isso possibilitaria antes mesmo da promulgação da Constituição, a superação da crise econômica, pois, como disse o líder Luiz Henrique "ninguém pode fazer uma Constituição tranqüilo, com inflação de 20 por cento e 48 por cento do overnight".

Secretários contra "trem" ameaçam sair

Todos os secretários das comissões constitucionais ameaçam pedir demissão de suas funções caso a diretoria-geral da Câmara dos Deputados continue "escondendo" a listagem dos 404 nomeados para ocupar cargos de assessoramento à Constituinte, que dão direito a gratificações de Cz\$ 5 mil a 15 mil. A decisão foi tomada ontem durante uma reunião convocada pelo relator da Subcomissão do Sistema Eleitoral e dos Partidos, deputado Francisco Rossi (PT-SP), já que ficou constatado, segundo ele, que quase 80 por cento dos nomeados não aparecem sequer para assinar o ponto.

A revolta, no entanto, não é apenas dos secretários das comissões. Alguns funcionários, que estão trabalhando para a Constituinte desde o dia 1º de fevereiro, criticam o fato das gratificações só terem sido concedidas pela Mesa depois da criação de "funcionários fantasmas". Eles também não sabem ainda se serão beneficiados com as gratificações, mas não têm receio em afirmar que estão dispostos a abrir mão deste benefício para tentar impedir o favorecimento de mais de 300 pessoas "que ninguém sabe quem são".

O deputado Francisco Rossi (PTB-SP) ocupou ontem a Tribuna do plenário da Constituinte para relatar, pela segunda vez, o problema. Além de solicitar as averiguações necessárias por parte da presidência da Mesa da Constituinte, o deputado encaminhou um requerimento exigindo a apresentação da lista com o nome de todos os nomeados, já que ele tem certeza que os "faltosos" têm um bom apadrinhamento.

Manobra

Segundo os funcionários das comissões e subcomissões, o ato assinado pela Mesa no dia 6 de abril foi uma manobra para tentar legitimar o "trem da Constituinte". Afirmação que antes da instalação das comissões, já existiam dois funcionários dando andamento aos trabalhos, para os quais nunca foi dito algo sobre gratificações.

Depois da publicação do ato, contam, a rotina de trabalho pouco mudou. Hoje, a maioria das subcomissões funciona com apenas quatro ou cinco servidores, enquanto que a decisão da mesa permite a nomeação de doze pessoas. Um exemplo disso é o caso das secretárias datilógrafas.

Progressistas vão articular mandato

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, prepara-se para assumir a liderança de uma articulação de setores progressistas na Constituinte com vistas à sucessão presidencial, que começa com a redação de que programa mínimo para um futuro candidato.

Miguel Arraes foi sondado ontem pela manhã por um grupo de deputados da ala progressista, na suite em que se hospedava, no Hotel Carlton, e aceitou conduzir o movimento que visa, fundamentalmente, estabelecer um programa a ser seguido pelo candidato, a princípio sem a discussão de nomes.

A articulação dos deputados chamados progressistas começou anteontem em reunião no apartamento do deputado Brandão Monteiro (PDT/RJ). Participaram do encontro os deputados Vivaldo Barbosa (PDT/RJ), José Genoíno (PT/SP), Maurílio Ferreira Lima (PMDB/PE), Miro Teixeira (PMDB/RJ), Haroldo Lima (PC do B/BA), Eduardo Bonfim (PC do B/MG), Roberto Freire (PCB/PE), o senador Jamil Haddad (PUB/RJ) e o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, dirigente

nacional do Partido dos Trabalhadores.

Nessa primeira reunião, alguns pontos do programa mínimo pretendido pelos parlamentares já foram acertados. A eleição presidencial deverá ser entre 120 e 150 dias após a promulgação da nova Constituição e pelo menos em três assuntos houve unanimidade.

O programa deverá conter uma definição clara sobre a reforma agrária, com o estabelecimento do limite máximo da propriedade; o compromisso de uma nova política salarial; uma auditoria sobre a dívida externa e, em caso de identificação de parcelas ilegítimas, a suspensão definitiva do pagamento.

Além dos primeiros pontos em comum discutido na reunião na residência do deputado Brandão Monteiro, o governador Miguel Arraes sugeriu aos deputados que o procuraram a inclusão de uma proposta de reforma tributária, ainda a ser votada pela constituinte, em regime de urgência. Do ponto de vista político, Arraes argumentou que a votação atrairia a simpatia de outros governadores.



Lideranças da esquerda na casa de Brandão Monteiro

Deputado prega o fim do empreguismo

O deputado peemedebista Joaci Góes, da Bahia, conclamou, ontem, os novos constituintes a lutarem contra «o empreguismo e a corrupção» que, segundo ele, estão ocorrendo no Congresso. Ainda de acordo com o representante baiano, o líder do PFL na Câmara, José Lourenço, já recebeu 5.000 bolsas de estudo do Ministério da Educação, embora a cota que normalmente cabe a cada congressista seja de apenas 200 bolsas.

O pronunciamento de Joaci Góes foi feito durante o primeiro encontro do grupo «Força Nova», do PMDB, articulado pelo mineiro Hélio Costa. Nessa manifestação, o deputado não quis citar o nome do parlamentar privilegiado pelas bolsas do MEC, adiantando apenas que recebeu uma sugestão de estabelecer uma «ponte» com o Ministério da Educação, a fim de também receber um tratamento especial, ideia que afirmou ter recusado.

Depois, procurado pelo Jornal de Brasília, Joaci disse estar infor-

mado de que as 5.000 bolsas foram recebidas por José Lourenço. E acrescentou: "Eu não quis falar na reunião para não parecer uma questão pessoal, porque o problema não são as bolsas e sim o tratamento privilegiado".

Ainda como exemplo de abuso, o representante da Bahia afirmou que, embora os parlamentares só tenham direito a quatro passagens aéreas por mês, «há gente que recebe passagens à vontade».

Para o encontro do grupo «Força Nova» foram convidados cerca de 100 deputados, mas apenas 20 participaram da reunião. Hélio Costa, apesar do reduzido comparecimento, declarou-se satisfeito, levando em consideração a «representatividade dos presentes». Nos vários pronunciamentos feitos na ocasião, prevaleceu a queixa contra o alojamento dos novos parlamentares nas decisões internas da Câmara e da Constituinte e na falta de espaços para eles nos meios de comunicação.

Para o encontro do grupo «Força Nova» foram convidados cerca de 100 deputados, mas apenas 20 participaram da reunião. Hélio Costa, apesar do reduzido comparecimento, declarou-se satisfeito, levando em consideração a «representatividade dos presentes». Nos vários pronunciamentos feitos na ocasião, prevaleceu a queixa contra o alojamento dos novos parlamentares nas decisões internas da Câmara e da Constituinte e na falta de espaços para eles nos meios de comunicação.

Mesmo assim, Chiarelli, reforça a declaração de Quéricia, de que a preocupação de José Sarney é no sentido de seguir suas obras e a administração pública. Entre assessores do presidente existe a certeza de que o mandato deve ficar mesmo nos quatro anos, tempo que deverá caber aos seus sucessores e que já estaria acertado entre o presidente, Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves.

Chiarelli garante que Sarney quer definições

Depois das declarações do governador Orestes Quéricia, de que o presidente José Sarney não estava mais preocupado com a definição do seu mandato, preferindo dedicar suas atenções a um novo plano de recuperação econômica, a falta de informação oficial e de uma declaração do presidente dá origem a mais uma versão. Desta feita é o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, que depois de conversar com o presidente, saiu declarando que Sarney está querendo a definição com a maior presteza.

Chiarelli disse que o presidente voltou a afirmar que não tem proposta para os prazos e não vai barganhar com ninguém, cabendo às lideranças políticas que já foram